



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Viação e Transportes

**REQUERIMENTO Nº , DE 2009**  
(Do Senhor Hugo Leal)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) para examinar e analisar os resultados de um ano de vigência da Lei Seca.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Requeiro a V. Exa. sejam convidados os Ministros de Estado da Saúde, das Cidades e da Justiça para, em audiência pública conjunta com as Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), examinar e analisar os resultados de um ano de vigência da Lei Seca.

**JUSTIFICAÇÃO**

No próximo dia 20 de junho, a Lei nº 11.705, de 2008, conhecida como Lei Seca, completará um ano de vigência. Essa Lei alterou alguns dispositivos do Código de Trânsito, tendo, dentre outras medidas, previsto como infração administrativa o motorista que dirige sob a influência de álcool, considerando-se, como tal, qualquer concentração de álcool por litro de sangue (artigos 165, c/c o 276), sujeitando-o a uma multa de R\$ 955,00, bem como suspensão da habilitação para dirigir por um ano; e crime, com pena de seis



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Viação e Transportes

meses a três anos, se essa quantidade encontrada for igual ou superior a 0,6 (6 decigramas por litro de sangue) ou 0,3 mg/l de ar expelido.

Por consequência, alguns números regionais de órgãos de trânsito, em períodos diferentes, mostram que há melhorias significativas em relação ao número de mortes e acidentes. Nesse mesmo sentido, estatísticas realizadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) confirmaram redução no número de mortes nas estradas federais.

Também houve aumento significativo do número de autuações por embriaguez, o que demonstra a existência de um maior rigor na fiscalização realizada pelos agentes de trânsito. Até 31 de março de 2009, a PRF aplicou 120 mil testes de bafômetro. Foram 10 mil flagrantes de embriaguez e 7 mil prisões por este motivo.

Pelo exposto, é de suma importância a realização de audiência pública conjunta deste colegiado com as Comissões de Seguridade Social e Família e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para realizar uma profunda avaliação dos efeitos sociais desta Lei e da influência de sua vigência na vida de todos os brasileiros.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 2009.

Deputado **HUGO LEAL**  
PSC/RJ